

**PRAIA DA MADEIRA DO RECIFE: CENTRO DE  
ARMAZENAMENTO E EMBARQUE DAS MADEIRAS DA MATA  
ATLÂNTICA DO NORTE NO SÉCULO XVIII**

Argus Vasconcelos de Almeida  
Professor Adjunto do Departamento de Biologia – UFRPE  
Doutorando em Psicologia Cognitiva – UFPE  
e-mail: [argus@ufrpe.br](mailto:argus@ufrpe.br)

Iana Marcionila Moura de Sá e Silva  
Mestranda em Ciência Florestal – UFRPE

Cláudio Augusto Gomes da Câmara  
Doutor e Professor Adjunto do Departamento de Química – UFRPE

Isabelle Maria Jaqueline Meunier  
Professora Adjunta do Departamento de Ciência Florestal – UFRPE  
Coordenadora do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (PE)

Simone Maria dos Santos  
Tatiana Santana de Souza  
Vilma Vieira da Cunha  
Karla Maria de Santana  
Discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – UFRPE

## **Resumo**

Através de uma revisão bibliográfica em documentos históricos relativos à Mata Atlântica em Pernambuco foi identificada a existência e a localização atual da “Praia da Madeira”, importante centro de armazenamento e embarque das madeiras da

Mata Atlântica do atual Nordeste no final do século XVIII, bem como a existência e a localização atual de um importante centro de armazenamento às margens do rio Capibaribe denominado “Passo do Fidalgo”. Foram encontradas 21 citações históricas de madeiras, registros do seu uso principalmente na construção naval e a sua revisão de utilidade até os dias atuais.

### **Palavras-chave**

Praia da Madeira; História; madeiras da Mata Atlântica Nordestina.

### **Abstract**

Through a bibliographical revision in historical documents relatives to Atlantic Forest in Pernambuco it was identified to the existence and the current localization of the “Praia da Madeira”, important center of storage and embarkment of wood of Atlantic Forest northeastern in the end of century XVIII, as well as the existence and the current localization of an important place of storage to the edges of the river Capibaribe called "Passo do Fidalgo"; 21 citations historical of wood, registers of its use mainly in the naval construction had been found and its revision of utility until the current days.

### **Key words**

Beach of Wood; History; woods of Atlantic Forest Northeastern

## **1. Introdução**

Sobre a Mata Atlântica em Pernambuco, escreve o botânico Dárdano de Andrade Lima:

Das florestas litorâneas, restam apenas algumas relíquias. Foram, decerto, as primeiras a serem atacadas pelo homem, na abertura de áreas de moradia ou instalação de coqueirais, nos solos arenosos. São, ou eram, florestas de porte médio, que deveriam chegar até bem próximo do mar, onde os indivíduos, pela ação dos ventos, reduziam ao mínimo sua estatura, esparramando-se, algumas vezes, por sobre as areias.[...] A “zona da mata”, em Pernambuco, ocupa, aproximadamente, 15,7% da área total do Estado. Não obstante essa baixa porcentagem, as condições naturais ali reinantes fazem com que participe significativamente na economia do Estado. Essa zona, cujo nome resulta mesmo de sua cobertura vegetal, se estende de Norte a Sul do Estado, com largura variável. Alcança aproximadamente 80 quilômetros próximo ao paralelo de Goiana, 45 no do Recife e 110 no de Barreiros. Para o Sul, alarga-se bem mais, atingindo cerca de 155 Km `a altura do paralelo de Bom Conselho, incluindo, então, para Leste, áreas do Estado de Alagoas (ANDRADE LIMA, 1970, p.5-10).

Velloso (1966) reconhece a existência de uma Província Atlântica, que se subdividiria em uma Floresta Pluvial Tropical, limitada na região da Mata Atlântica às florestas perenifólias sul-baianas; uma Floresta Pluvial Estacional Tropical, incluindo as matas do planalto centro-sul e das encostas atlânticas, e uma floresta Pluvial Subtropical, englobando as matas mistas de coníferas e as matas montanas de lauráceas da Região Sul.

Rizzini (1979) menciona a Floresta Atlântica, constituída de um complexo vegetacional com tipos muito díspares, abrangendo uma área principal sobre as Serras do Mar e da Mantiqueira, com extensões no Norte e expandindo-se para o interior até a Argentina; admite que a Floresta Atlântica seja composta das seguintes formações: Floresta Pluvial Montana, Floresta Pluvial Baixo Montana, Floresta de Araucária e Floresta Ripária e em Manchas.

Segundo Strang (1983), a Mata Atlântica é uma grande província natural, englobando vários ecossistemas florestais, com enclaves e interpenetrações de outros ecossistemas não florestais.

Quaisquer que sejam os argumentos a favor de um ou de outro desses conceitos, um fato ressalta incontestável – na época do descobrimento do Brasil, uma cobertura florestal praticamente contínua, ainda que muito diversificada em sua

constituição fitofisionômica e florística, estendia-se ao longo da costa, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior (CÂMARA, 1991) (COIMBRA; CÂMARA, 1996).

A Mata Atlântica brasileira se originou há aproximadamente 80 milhões de anos com a separação dos continentes africanos e sul americano, quando eles faziam parte de um único bloco chamado Gondwana.

Os solos da Mata Atlântica são, pois, provenientes de rochas cristalinas pré-paleozóicas e das rochas sedimentares ou eruptivas que parcialmente a elas se superpõem em grandes áreas (CÂMARA, 1991).

A Mata Atlântica se desenvolveu em grande diversidade de climas, solos e relevo. Os climas variam de sub-úmido, com curtas estações secas, no Nordeste, a extremamente úmido em algumas regiões da Serra do Mar (CÂMARA, 1991).

Todas as disparidades ambientais, somadas às repetidas variações climáticas de um passado relativamente presente em termos geológicos, repercutiram sobre a vegetação e justificam sua extraordinária diversidade biológica (CÂMARA, 1991).

Antes da colonização, estendia-se desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 12% do território nacional. Passados cinco séculos, a Mata Atlântica foi reduzida a fragmentos florestais, restando hoje apenas 5% de sua cobertura original (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA, 1992). No Nordeste do país esta situação é ainda mais crítica, uma vez que dos 5,8% da área original, resta hoje aproximadamente 1% (SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 2002) (COIMBRA; CÂMARA, 1996).

Apesar dessa fragmentação, esta floresta apresenta-se com diversos estratos fisionômicos e elevada biodiversidade, atua como repositório de matéria orgânica para o solo e como carreadora de nutrientes das capas inferiores para as superiores, sendo importante na formação dos solos e, também desempenha papel fundamental

como controladora dos efeitos da erosão. A Mata Atlântica apresenta-se com uma grande complexidade biológica e foi considerado pela União Internacional para Conservação da Natureza, como um dos mais ameaçados do mundo (IUCN 1986). Apesar dessa fragmentação, esta floresta apresenta-se com diversos extratos fisionômicos e biodiversidade, atua como repositório de matéria orgânica para o solo e como carreadora de nutrientes das capas inferiores para as superiores, sendo importante na formação dos solos e, também desempenha papel fundamental como controladora dos efeitos da erosão.

Não há dados precisos sobre a diversidade total de plantas da Mata Atlântica. Considerando-se apenas o grupo das angiospermas, acredita-se que o Brasil possua entre 55.000 e 60.000 espécies, ou seja, de 22 a 24% do total que se estima existir no Planeta. Deste total, as projeções são de que a Mata Atlântica possua cerca de 20.000 espécies, ou seja, entre 33 e 36% das existentes no País.

Há cerca de 620 aves, 261 mamíferos, 200 répteis e 280 anfíbios; abrigando cerca de três centros de endemismos onde ocorrem cerca de 8.000 espécies de plantas vasculares, 73 aves, 160 mamíferos, 60 répteis e 253 anfíbios endêmicos desta floresta (MYERS *et al.* 2000).

O Decreto nº 99.547/90 assinado no dia 25 de setembro de 1990 traz pela primeira vez na legislação brasileira, a intocabilidade quase absoluta de um conjunto de ecossistemas, genericamente englobados pelo termo Mata Atlântica, através da proibição total do corte e da respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica, além de outras providências. Porém por lacunas em seu texto e sem a contribuição dos governos estaduais e de entidades não governamentais no processo de construção desse decreto veio a inviabilizar o cumprimento do mesmo.

A despeito de sua importância para a conservação dos remanescentes da Mata Atlântica e Ecossistemas associados, o Decreto No. 750 tem alguns problemas de

implementação (inclusive a sua natureza de decreto). Junto a ele, inúmeras resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente também procuram disciplinar o uso e a ocupação, enfatizando a extrema necessidade de preservação dos seus remanescentes e o incentivo ao uso sustentável. Essas preocupações foram incorporadas ao Projeto de Lei nº 3.285/92 que inclui inovações que não constavam no decreto anterior, tais como a delimitação do espaço territorial da Mata Atlântica, bem como a proteção das formações vegetais do Bioma (CAPOBIANCO, 2001).

Foram aprovadas pelo CONAMA diretrizes que marcam a luta pela conservação da Mata Atlântica, estas foram incorporadas ao Projeto de Lei nº 3.285/92 e já se inclui inovações que não constavam no decreto anterior, tais como: uma delimitação do espaço territorial da Mata Atlântica, bem como a proteção das formações vegetais do Bioma (CAPOBIANCO, 2001).

O início da destruição da Mata Atlântica data da chegada dos portugueses em 1500. Embora ocupada por grupos indígenas tupis relativamente numerosos, como os Tupinambás, que já praticavam a agricultura, os relatos dos viajantes e estudiosos do século XVI não registram qualquer sinal de destruição da cobertura florestal. Ao contrário, segundo Holanda (1995), as descrições são de uma floresta intocada, de enorme riqueza natural e que levaram muitos dos que aqui chegaram no início da colonização a "acreditarem seriamente estar nas Américas o paraíso terrestre".

A relação do colonizador com a floresta e seus recursos foi, desde sua origem predatória. A falta de percepção da importância dos benefícios ambientais proporcionados pela cobertura florestal nativa e a valorização exclusiva da madeira em detrimento de produtos não madeireiros, levou a supressão de enormes áreas para expansão de lavouras e assentamentos urbanos e a adoção de práticas de exploração seletiva e exaustiva de espécies, principalmente do pau-brasil.

Mas a exploração predatória não se limitou ao pau-brasil. Outras madeiras de alto valor para a construção naval, edificações, móveis e outros usos nobres como tapinhoã, sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático, foram intensamente exploradas. Segundo relatórios da época da virada do século XIX, em Iguape, cidade do litoral sul do estado de São Paulo, não havia mais destas árvores num raio de sessenta quilômetros de seu entorno. O mesmo se repetiu em praticamente toda a faixa de florestas costeiras do Brasil. A maioria das matas consideradas "primárias" e hoje colocadas sob a proteção das unidades de conservação, foram desfalcadas já há dois séculos (DEAN, 1996).

Na época do descobrimento, a Mata Atlântica cobria cerca de um milhão de metros quadrados do território nacional ou cerca de 12% (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA, 1992) a 17% (CORRÊA, 1984). Hoje reduzida a fragmentos florestais restando apenas 5% de sua cobertura original do seu território original, resultado do dramático de uma ocupação de efeitos devastadores. Do antigo espectro biótico do Nordeste brasileiro, somente restam pequenos fragmentos isolados (SILVA; TABARELLI, 2000). A Mata Atlântica é hoje a área mais ameaçada de devastação no Brasil e a quinta em todo o mundo. Toda sua área original que se estendia do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul resta somente 2% da cobertura original (RANTA *et al.*, 1998) e estão protegidas pelo governo brasileiro através de parques nacionais e leis de conservação.

A Mata Atlântica foi a primeira área do país a ser colonizada e, atualmente dois terços da população do Brasil vivem nela. Hoje, a parcela central da floresta é ocupada pelo eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O desmatamento começou logo após o desembarque de Pedro Álvares Cabral, em 1500 onde a floresta começou a ser queimada para dispersar os índios hostis, e, também para a criação de pastagens.

A derrubada de árvores ou queimadas era uma prática habitual dos povos indígenas. Dean (1996) diz que em relação aos missionários e exploradores do século XVI “poucas vezes relatam qualquer dificuldade em atravessá-la e diversos deles, despachados pelos primeiros expedicionários, penetraram centenas de quilômetros com aparente facilidade”. Tais evidências demonstram que a mata era explorada pelos povos indígenas antes da intervenção dos colonizadores. Contudo, a colonização portuguesa, iniciada no costa baiana no século XVI, foi a responsável pela degradação da Mata Atlântica em sua forma mais intensa e irrecuperável.

Segundo Dean (1996) é muito difícil de dizer que é correto referir-se à Mata Atlântica no tempo presente. Pois, devido a sua devastação, a maior parte das espécies identificadas atualmente é considerada como secundária, mesmo em faixas que podem nunca ter sido exploradas pelo homem.

Foi o capitão mor com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água que, a nosso parecer, era esta mesma que vem ter à praia em que nós tomamos água. (...) entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que o homem não pode lhe dar conta. Há entre eles muitas palmeiras de que colhemos muitos e bons palmitos. (ARROYO, 1971; CASTRO, 1997).

Foi assim que a primeira esquadra oficial portuguesa, comandada por Pedro Álvares Cabral, levou a notícia do Novo Mundo para a Europa. Descrevendo, mesmo que não sendo por uma visão científica, a Mata Atlântica. Na mesma carta Pero Vaz de Caminha ainda completa: “(...) nela até agora, nada pudemos saber que haja ouro, nem prata (...) porém, a terra em si é de muito bons ares (...) águas são muitas, infindas. E de tal maneira é graciosa que querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo”. Neste trecho, mesmo que implicitamente revela a política extrativista da coroa portuguesa em relação às terras recém descobertas.



Até 1700, as plantações de cana-de-açúcar teriam eliminado mil km<sup>2</sup> da Mata Atlântica. Estima-se que para a moenda de cana de açúcar seriam necessários 15kg de lenha para cada quilo de açúcar para moer a produção consumia 210mil toneladas de matas secundárias e florestas e manguezais. Calculando-se duzentas toneladas de lenha por hectare as moendas teriam consumido mais 1200 km<sup>2</sup>, no curso de 150 anos (DEAN, 1996).

## 2. O ciclo do pau-brasil

A Mata Atlântica começou realmente a ser ameaçada com a extração do pau-brasil pelos portugueses e franceses, motivados pela exportação do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.) logo no início da colonização e, mais tarde, pela implantação da monocultura canavieira. Com esse comércio de madeiras eles fizeram desaparecer 6.000 km<sup>2</sup> de florestas em todo o país. Seguem-se os ciclos da cana-de-açúcar, café, da pecuária e da garimpagem, dentre outros, aumentando o grau de desmatamento em toda a Mata Atlântica brasileira.

Com a sua exploração, Dean (1996) estima que, só no primeiro século, a Mata Atlântica foi reduzida em 600.000ha: da. Só em 1588, 4.700 toneladas de pau-brasil passaram pela aduana portuguesa e estima-se que significava apenas a metade do que foi extraído das matas brasileiras. Registros de 1550 mostram que, através do tráfico, os franceses tinham em estoque no Rio de Janeiro 100 mil pedaços de troncos na colônia francesa. Calcula-se que 8 mil toneladas exigiram pelo menos 2 milhões de árvores cortadas. Assim, pelos cálculos de Dean (1996), imaginando a incidência média de 4 exemplares por hectare com um diâmetro de 50 centímetros, em ponto de corte, o comércio de pau-brasil, somente no primeiro século, afetou 6 mil quilômetros quadrados de mata atlântica.

Um dos aspectos mais antigos e de maior importância, do domínio do Brasil por Portugal, foi a extração e o embarque de madeiras. A rica tintura vermelha, extraída do pau-brasil era tida em tão alta conta, que sobrepujou inicialmente, em valor, todos os outros produtos da colônia, e a maioria dos historiadores concorda em que o próprio nome de Brasil, deriva desta árvore. Mantido como um monopólio da Coroa, através do período colonial, o comércio de madeiras se equiparava ao do açúcar, ao do tabaco e ao ouro do Brasil, resultando numa das principais fontes de lucros para a fazenda real portuguesa. Quando à exportação do pau-brasil, foram acrescentadas as variedades para construção, o comércio atingiu novas proporções, pois essas madeiras iriam abastecer Portugal, tanto para a demanda das guerras, como para os fins comerciais, fornecendo cascos e os mastros dos navios, que defendiam e interligavam os domínios mais distantes do império colonial português.

De acordo com Pereira da Costa (1951) a notícia mais remota sobre o pau-brasil foi uma provisão real datada de 5 de dezembro de 1500, acusando um depósito em Granada de trezentos e cinquenta quintais (1 quintal = 60 Kg, portanto 21.000 Kg) de pau-brasil trazidos pelo navegador Vicente Yanez Pinzon da nossa terra, em sua primeira viagem de descobrimentos e explorações.

Em 1506, quando Fernando de Noronha e outros arrendaram a terra do Brasil, já se produziam vinte mil quintais (1.260.000 Kg) de madeira vermelha, depositados em Lisboa. Já em 1511 a nau Bretoa armada por Fernando de Noronha e outros, conduziu de Cabo Frio para Portugal cinco mil toras de pau-brasil (PEREIRA DA COSTA, 1951)

Quando se tomou conhecimento das vastas florestas com pau-brasil, no litoral de Pernambuco e Paraíba, nas vizinhanças do Rio Real, e de Cabo Frio no Rio de Janeiro e em outros lugares mais tarde descobertos, veio logo a sua exploração legal feita pela coroa portuguesa ou clandestinamente feita por corsários franceses. O “pau

rosado” ou “pau de Pernambuco” era reputado como de melhor qualidade, por fornecer uma tinta riquíssima de substâncias corantes, que dava à seda, lã ou algodão uma belíssima cor rubra e fixa.

Como escreve o historiador francês Gaffarel citado por Souza (1939):

Conhecia-se a prodigiosa fertilidade do Brasil em essências de primeira ordem. Nossos negociantes em breve ficariam conscientes desses recursos, quase inesgotáveis, que lhes ofereciam essas florestas, e como os brasileiros, por seu lado, se consideravam muito felizes em possuir à sua disposição artigos para intercâmbio e em tal abundância, a exploração das riquezas vegetais do país começou para não mais se paralisar. Não foi mesmo uma exploração, mas, antes, uma destruição. Como os paus de tinturaria custavam muito caro na França e como deles ali se serviam não somente para dar aos panos uma magnífica cor purpúrea, mas também para fabricação de móveis preciosos, cada navio francês que chegava ao Brasil procurava logo indagar onde poderia fazer sua provisão de madeira.

Os indígenas, estimulados pela procura de nossos negociantes, preparavam enormes depósitos de madeira, que amontoavam sobre a costa; somente como não sabiam poupar suas riquezas, abatiam essas árvores ao acaso. Muitas vezes mesmo, afim de evitar o trabalho de as cortar, punham fogo em sua parte inferior e o incêndio se propagava pelo resto da floresta.

Alguns anos deste desperdício sem conta bastaram para aniquilar muitas essências preciosas. [...]

Era essência das mais procuradas por nossos compatriotas a que se chamava *arabutan*. Esta árvore atingia, às vezes, proporções gigantescas. Como crescia nas alturas e muitas vezes longe da costa, eram os brasileiros obrigados a cortá-la em pedaços para as transportar mais facilmente e, assim, eram abatidas em quantidades consideráveis.

Assinalemos ainda o *ibirapitanga*, que crescia à altura de um pinheiro, cujas folhas se pareciam com a do buxo e as flores eram de um branco amarelado como lírio. Distinguiam-se três espécies: a melhor se chamava *ibirapitanga-brasil*, que fornecia uma tinta muito brilhante; o *brazil-assú* era de qualidade inferior e o *brazileto* só tinha propriedades mediocres. Faziam-se com ele móveis preciosos e devido à sua resistência fornecia excelente madeira para carpintaria. Mergulhado na água, endurecia e, assim, era muito estimado para navios. Nossos negociantes recolhiam ainda o *jacarandá* cuja a coloração escura apresentava tons violáceos. Conheciam também, sem parecer ligar importância excepcional, o acaju (SOUZA, 1939, p.130).

Em 1546 o donatário de Pernambuco Duarte Coelho reclamava ao rei, através de cartas, das desordens provocadas pelos contratadores de pau-brasil na sua capitania, quando escrevia:

Já tenho escripto a V.A. e lhe fyz saber per outras que escriptas lhe tenho que hua das cousas que mais denefica ao bem e aumento de suas terras he fazer se brasy l nem a vymte legoas das

povoações que se ora novamente povoam em especiall nesta Nova Lusytania por que o brasyl, Senhor, está muito longe pólo sertão a dentro e muy trabalhoso e muy pelygroso de aver e muy custoso e os Imdeos fazemno de ma vontade pollo qual esse que eu la tenho mandado estes anos passados pera V.A. e asy hum pouco que ate ho presente fyz pera mim pella lycemça de que me V.A. fez merce faz se tudo por sua ordem e muito devagar conforme ha condyção dos Imdeos em dez e doze meses e em ano e meo a carrega de hum navyo [...] Porque pêra fazerem seu brasyl emportunão tanto os imdeos e prometem lhe tamta cousa fora dordem que me tem a terra toda em desordem da ordem a que ha tenho posto [...] (SOUZA, 1939, p.137).

Em Pernambuco as localidades mais exploradas foram as extensas florestas de São Lourenço, que se estendiam até Nazaré, vindo daí as suas denominações de S.Lourenço da Mata e Nazaré da Mata, onde se ia “fazer brasil”, isto é, derrubar e preparar a madeira para o embarque, segundo a frase usada nos tempos coloniais. Daí a madeira era transportada em carros para o Passo do Fidalgo (onde hoje situa-se o Parque de Santana), que ficava distante do Recife, cerca de duas milhas, para onde se ia em barcos, subindo o rio.



Figura 1 - Vista do Parque Santana



Figura 2 - Vista do rio Capibaribe no Parque Santana.

Segundo Mello (2004) a ocorrência de tais “passos” ou armazéns de recolher açúcar e pau-brasil, foram levantados geralmente por iniciativa particular no litoral ou na margem dos rios, nos quais permaneciam aqueles gêneros para embarque para a Europa. Esses passos detinham privilégios, ninguém podia ter outro nas proximidades. Na Paraíba, por exemplo, à margem do rio Paraíba, havia dois passos, o de Paulo de Almeida, do lado norte do rio e o de Manuel de Almeida, mais acima. Cada caixa de açúcar era trazida ali para ser armazenada; o senhor do passo era o mestre da balança juramentado.

Segundo o relatório holandês de Adriaen Verdonck, escrito em 20 de maio de 1630:

[...] há ainda um lugar muito grande e habitado chamado Mata do Brasil, o qual está situado a cerca de 9 ou 10 milhas ao sul de Pernambuco para o interior: ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus mouros e brasilienses, sendo ali livre o corte de pau-brasil e cada um pode tirá-lo aonde quiser; depois de limpo é trazido em carros para um lugar de nome São Lourenço, ao qual adiante teremos que nos referir, onde é vendido aos contratantes do rei, que dão por cada 128 libras ou 4 arrobas, ordinariamente, de um cruzado a 450 ou 480 réis, e ainda assim o pagamento é quase sempre feito em

mercadorias, por preço 100% acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito desse modo, porque ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas, senão unicamente eles.

O pau-brasil que anualmente vem dessa Mata do Brasil é em grande quantidade e ali há também em abundância gado, carneiros, bodes, muitos porcos, perus, galinhas e tanta caça que causa admiração, afora toda casta de animais que ali se dão muito bem, pelo que há ali muitos víveres, porque é uma terra muito produtiva e aonde os portugueses semeiam e plantam num espaço de 20 milhas de comprimento sobre tantas de largo. Nessa Mata do Brasil podem morar 150 a 200 homens, pouco mais ou menos; ali também fazem muita farinha e colhem fumo, grande quantidade de milho, feijão, favas e toda sorte de frutos (MELLO, 2004a, p.40).

Durante o século XVII, o controle e monopólio do pau-brasil durante o período holandês no Norte, foi exercido com eficácia e cuidados especiais. Segundo o historiador José Antonio Gonsalves de Mello, na sua clássica obra “Tempo dos Flamengos”:

O pau-brasil de Pernambuco mereceu, também, uma preferência especial. Estava cotado sobre todos os que procediam das demais Capitâneas. Era chamado “Pau de Pernambuco”, isto é “Pernambucoshout”, e com este nome ainda é vocábulo encontrado nos modernos dicionários da língua holandesa, com o significado de “pau-brasil”. O que demonstra a enorme importância de que gozou no século XVII. Era com recomendações especiais que os holandeses contratavam a exploração do pau-brasil. Determinava-se que as árvores a abater “fossem bonitas e de muita tinta, bem desganhada e que não seja de vales, mas de outeiros e de terreno pedregoso”.

Mais tarde veio a ordem do Conselho dos XIX para que se não fizesse distinção entre o “Pernambucoshout” e o pau das demais capitâneas. Que valia tanto quanto o outro. Evidentemente a Companhia era prejudicada com a distinção que se fazia, cotando-se por menor preço o que não procedia de Pernambuco. O desta procedência tinha grande procura devido ao seu valor corante, e era vendido com facilidade. Decidiu, porém, o Alto Conselho do Recife, que a madeira do Rio Grande do Norte passasse a ser levada pa Pernambuco, embarcando no Recife para a Holanda “e com esse embarque aqui, adquirirá o nome de Pau de Pernambuco”.

O pau-brasil era um dos monopólios da WIC. Permitia-se, porém, a contratadores derrubá-lo e trazê-lo para os armazéns do Recife. [...]

Mas não somente o pau-brasil mereceu a tenção dos holandeses: outras madeiras brasileiras foram enviadas para a Holanda como o *pau-violeta* (“violentenhout”) e o *jacarandá* (“palissanderhout”). Nassau referiu que enviou para a construção da Mauritshuis “belas madeiras” de Pernambuco. (MELLO, 1978, p.147-149).

Entretanto, Rodrigues e Ribeiro (1940) divergem deste foco de prioridade, quando escrevem que outras zonas ocupadas pelos holandeses se não predominavam pelo açúcar produzido ou pelo pastoreio, considerados pelos autores como as atividades econômicas prioritárias para a WIC (West-Indische Compagnie), havia a produção de pau-brasil. Tal era o caso da “Mata” e de S.Lourenço, que exportavam juntas, passando pelo Passo do Fidalgo. Para os autores a indústria do pau-brasil era “democrática”, oferecendo oportunidade de trabalho para todos, que eram livres para cortá-los e exportá-los. Para os autores, o rendimento do pau-brasil para os holandeses foi inferior ao próprio índigo da Guatemala, portanto não pode ter sido uma atividade prioritária como o açúcar e o pastoreio.

Barleus citado por Wätjen (2004), assim se expressa quanto ao pau-brasil, durante o domínio holandês no Norte brasileiro:

O geralmente chamado pau-brasil cresce a 10 ou 12 milhas do mar, e daí para o interior, não, como se poderia imaginar, em matas cerradas, ou em grupo muito unido, mas aqui e ali entre outras árvores, de natureza inteiramente diversa. Às árvores de pau-brasil verdadeiro, costumam os trabalhadores, quando a isso estão dispostos e nada têm o que fazer no trabalho ordinário do engenho, tirar a casca mais grossa ou cortiça, que não é vermelha como o próprio lenho, e sim branca, da espessura de três dedos, nodosa e grosseira, e não suave ou lisa ao tato: A árvore é cheia de galhos e ramos, as folhas são pequenas e bastante pontudas, presas a pecíolos muito finos, e de cor verde-escuro. Diz-se que não produz fruto, nem tem flores, do que é fácil inferir que se produz pela raiz.

Pelo texto, vê-se que Barleus nunca esteve no Brasil e muito menos viu um ramo de pau-brasil. A sua informação é inteiramente copiada do relatório do conselheiro Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX de 4 de abril de 1640 (citado por MELLO, 2004a, p.137) até nas afirmações erradas sobre a ausência de flores e frutos do pau-brasil.

Escreve Wätjen (2004) sobre o pau-brasil:

Essa madeira vermelha proveniente da *Caesalpinia echinata*, de 6 a 7 metros de altura, de que se extraía a substância colorante “Brasilina”, era designada no tempo dos portugueses como a rainha das madeiras, e constituía monopólio da Coroa. Mais tarde recebeu no tráfico comercial o nome de madeira de Pernambuco ou Fernambuco, por ser principalmente obtida nessa Capitania, e exportada pelo porto do Recife para a Europa. Logo nos primeiros navios que regressavam, os Holandeses enviaram amostras para Amsterdã e Middelburgo. As remessas a princípio pequenas cresceram depois, em consequência do apresamento que os corsários holandeses faziam de grande número de cargueiros do inimigo, portadores de pau-brasil. Com a continuação, porém, já a pirataria não satisfazia mais às necessidades do mercado pátrio. Por isso, o Conselho Político, urgido pela direção da Companhia, resolveu arrendar a derrubada das árvores tintureiras a pessoas competentes, às quais foram distribuídas concessões para as matas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Incumbia-lhes entregar a madeira em toros de 7 a 9 pés, da grossura mínima de um braço. No verão do ano de 1635 os Conselheiros Políticos comunicaram aos Diretores que já havia nas matas uma considerável quantidade de pau-brasil abatido, -mas que, infelizmente, por falta de meios de transporte e trabalhadores negros por enquanto não era possível conduzi-lo para o porto. Parece, entretanto, que em breve foi achada uma saída, e pouco a pouco os Holandeses aprenderam a distinguir as diferentes qualidades da madeira de tinturaria do Brasil. Queixas dos tintureiros chamaram a sua atenção para o fato de que as madeiras enviadas do Rio Grande não podiam se comparar com as da Capitania de Pernambuco, em valor corante. Em vista disso, procurou-se o mais possível receber para a Companhia madeira de procedência pernambucana, sem contudo suprimir as concessões feitas para o Rio Grande.[...]

Com a madeira vermelha, exportava-se também, em quantidades moderadas, do Norte do Brasil para a Holanda, o pau de *jacarandá* ou palissandra, muito empregado ainda hoje na marcenaria fina, na indústria de pianos e móveis. (WÄTJEN, 2004, p.439-441)

Outras madeiras também eram valorizadas pelos holandeses no Norte, tais como o *angelim*, por exemplo, descrito por Elias Herckmans no seu relatório sobre a Paraíba, citado por Mello (2004b): “Pois há muita mata e madeiras ao redor desse sítio, e nomeadamente a madeira que os portugueses chamam *Angelim*, a qual é forte e boa, tomando uma cor escura quando seca; é própria para fazer-se uma bonita obra”. Ou como descreve o relatório dos conselheiros Hamel, Adriaen van Bullestrate e P.Jansen Bas, dirigido ao Conselho dos XIX na Holanda, citado por Mello (2004):

O pau-brasil, segundo produto comercial do Brasil, cresce algumas milhas distantes da praia, nas matas densas, aqui e acolá uma árvore, onde é cortado, decorticado e depois transportado em carros para o litoral. Quando começamos a conquistar essas terras achamos nas matas, em vários pontos, boas quantidades dessa madeira já cortadas pelos portugueses,



as quais foram vendidas pelos proprietários à Companhia e esta as exportou. Desde então vem sendo cortado, de tempos em tempos, tanto por nós quanto pela nação portuguesa, e recentemente, foram fornecidas grandes quantidades à Companhia, que pelos devedores desta quer por outros; e porque verificamos que nisso havia excessos, e que foram cortados também os rebentos sem exceção, de modo que dentro de pouco tempo os troncos das árvores seriam destruídos, tomamos providências, por meio de editais, para que a extração de madeira possa continuar sempre, com proveito para a Companhia.

Outras madeiras bonitas que crescem no Brasil e com as quais pode ser feito comércio, são as chamadas *pau-santo*, *jitaiba*, *pau-violeta*, *maçaranduba*, *cedro* e outras espécies, com as quais podem ser feitas lindas obras (Mello, 2004b, p.223-224)

### 3. Praia da Madeira do Recife e a mata atlântica de Pernambuco

Escreve Smith (1978) que o Recife no final do século XVIII, tornara-se a capital madeireira do América portuguesa.

De acordo com o autor, a “recente descoberta” (o autor publicou a primeira versão do seu artigo em 1949, em *The Americas*, v.VI, n.2) no Arquivo Militar do Rio de Janeiro, de uma pintura dos fins do século XVIII, representando a armazenagem e o embarque de madeira numa praia do Recife, interessa grandemente aos estudiosos da história econômica do Brasil (Figura 3)

A pintura da cena da Praia da Madeira, no Recife, foi executada em 1788, como indica no título, para o Governador Dom Tomas José de Melo, pintada por José de Oliveira Barbosa, soldado do regimento de Olinda. O título da pintura indica que a vista da Praia da Madeira, foi feita para mostrar às autoridades em Lisboa, a aparência de uma nova cobertura de abrigo, que o Governador mandara levantar,

para armazenagem da madeira de construção aguardando embarque para Portugal (SMITH, 1978).

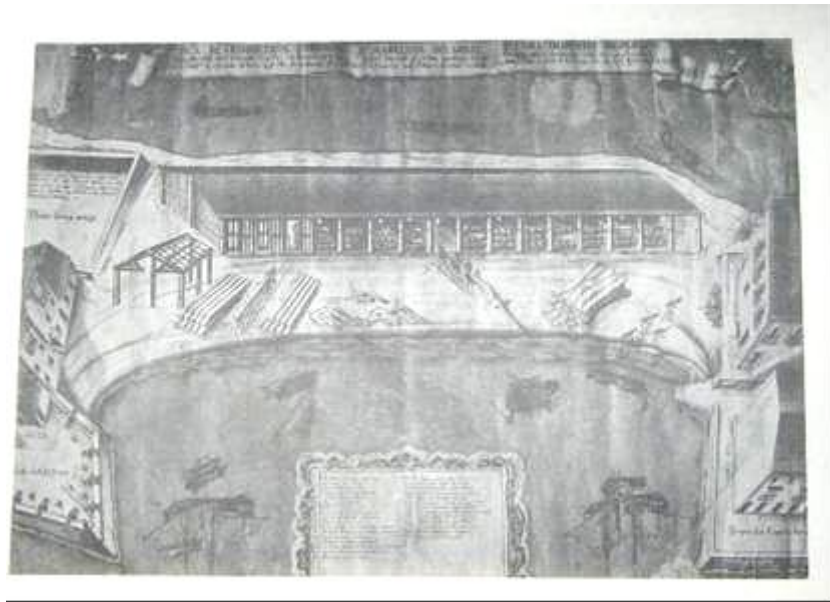


Figura 3 - Pintura da localização da Praia da Madeira do Recife

Fonte: Smith, 1978

A antiga Praia da Madeira, representada na pintura de 1788, ficava, à época, na altura em que o istmo de Recife ia estreitando, até tornar-se apenas uma faixa de areia entre o oceano e o rio Beberibe, “de água cristalina e grossa corrente”, defrontando uma bacia formada pelo Forte do Bom Jesus e uma muralha marítima paralela, local hoje compreendido nas docas da cidade.

O forte do Bom Jesus, também conhecido pelo povo como “Quebra Pratos”, pelo estrago que fazia na louça das casas quando detonava seus canhões, foi demolido em 1844; a ele se refere o cronista da Guerra dos Mascates, Manuel dos Santos (1986): “Tem mais duas plataformas, junto donde chamam as portas do Bom Jesus por uma capela da mesma invocação fabricada sobre as mesmas portas ou arcos, uma para a parte do rio e outra para a do mar, ambas capazes de artilharia; mas somente na da parte do mar estavam e estiveram quatro peças de ferro grossas;

porém depois do cerco do Recife se arruinou a dita plataforma, e assim existe ao presente”.

Segundo Mello (1978), no local, no tempo dos holandeses, existia a chamada “porta de terra” (landpoort), na extremidade norte da estacada, no caminho de Olinda, no local onde depois foi construído o Arco do Bom Jesus. O lugar, atualmente Rua. Barão Rodrigues Mendes, está em escavação arqueológica, mostrando a superposição das antigas edificações da muralha da porta e do forte do Bom Jesus.

Segundo Smith (1978), o novo armazém construído entre fevereiro e agosto de 1788, ocupava o centro da área, medindo 455 por 60 palmos (100 m x 13,2 m).

Mais precisamente, a localização do antigo porto da madeira situava-se entre 120 metros do final da Rua do Bom Jesus e o prédio onde atualmente funciona a SECTMA (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente), isto é: entre a rua Barão Rodrigues Mendes e a Rua Vital de Oliveira. A Rua do Pilar que está indicada no desenho, provavelmente é hoje a rua de São Jorge. O galpão de depósito da madeira deveria situar-se onde hoje é a praça Artur Oscar ( Figura 4).



Figura 4 - Localização atual da Praia da Madeira: à esquerda uma visão sul-norte, vendo-se ao fundo a rua de S.Jorge; à direita uma visão norte-sul, vendo-se ao fundo a rua do Bom Jesus

De acordo com Smith (1978), sua posição exata pode ser vista num mapa de 1816 da obra de Henry Koster (1978) (Figura 5). A situação era ideal para a finalidade, porque os toros trazidos em canoas, rio abaixo, podiam ser descarregados e transportados através da estreita língua de areia, aos navios fundeados ao largo da outra praia, com um mínimo de trabalho.

Na planta de 1788, a madeira aparece arrumada ordenadamente, no interior do armazém em onze compartimentos separados. Esta é identificada como madeira de construção, para destacá-la da madeira de tinta ou pau-brasil, pilha situada diante de uma das duas edificações da extrema direita da pintura, onde estava instalada a administração do pau-brasil, dependência do tesouro real de Pernambuco.

A “estreita língua de areia” referida por Smith para descrever o local de construção do armazém das madeiras, sofreu um extenso processo de aterro a partir do início do século XIX. Aterros que foram muito mais acentuados do lado do rio Beberibe, na atual bacia de Santo Amaro, a partir da rua da Guia, rua do Apolo, cais

do Apolo e onde hoje estão situados os prédios da Polícia Federal, Tribunal Regional do Trabalho e Prefeitura Municipal do Recife; do lado do mar, a pequena enseada da praia da madeira ia de um bastião do forte do Bom Jesus até o atual Arsenal da Marinha, com o mar chegando nas proximidades da rua do Bom Jesus, sendo aterrados posteriormente a atual avenida Alfredo Lisboa.(Figura 6).

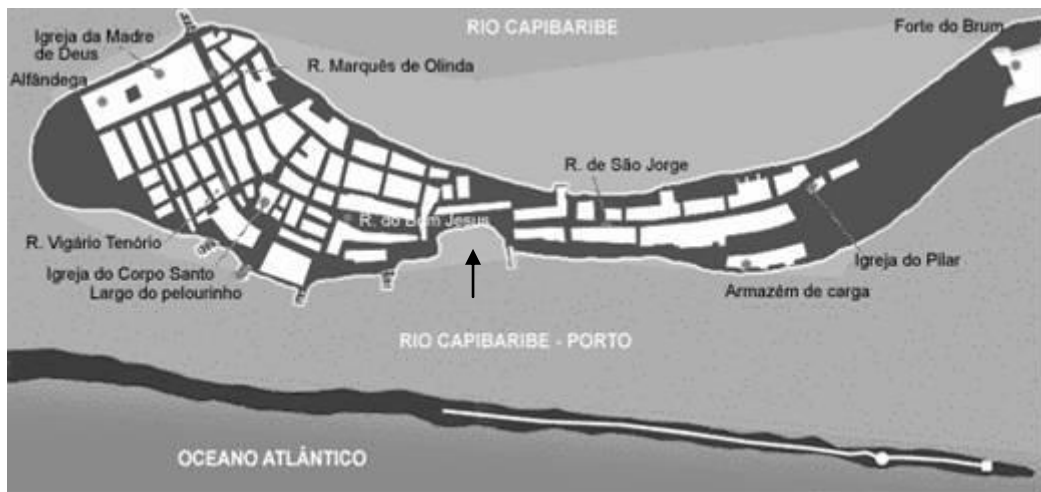


Figura 5 - Mapa do Recife de 1808



Figura 6 - Mapa do Recife de 1854

Documentos no Arquivo Histórico Colonial em Lisboa e na Biblioteca do Estado de Pernambuco no Recife oferecem informes a respeito do fornecimento e embarque dessas madeiras, nos anos 80 do século XVIII. Era dever dos Governadores portugueses, enviarem a Lisboa, relatórios mensais sobre o movimento da madeira, incluindo uma lista das variedades embarcadas em cada navio que partia do porto do Recife. De acordo com um destes relatórios, havia em 28 de novembro de 1788, 714 peças de madeira, estocadas no novo edifício, todas numeradas e identificadas para uso na construção naval na Ribeira das Naus em Lisboa. Navios particulares partindo do Recife para Lisboa em 1787 levavam um carregamento médio de 722 pés (200 varas) de madeira de construção e 17 a 98 toneladas (176 a 1000 quintais) de pau-brasil (SMITH, 1978).

Tipos de madeiras são freqüentemente mencionados, nos relatórios dos governadores, tais como *angelim*, *amarelo*, *piqua*, *piqua-banana*, *ingá-porco*, *amberiba preta*, *biroquim* e *sucupira*, cujo destino era indicado para partes de navios, tais como mastros, aduelas, eixos, cubos, pinas e raios. Outras madeiras eram separadas para emprego na artilharia portuguesa, para os edifícios do palácio de Belém, para as cozinhas da família real e até para os eixos das carruagens a serviço da Rainha. Já a maior parte do pau-brasil continuou a ser vendida aos mercadores de toda parte da Europa (SMITH, 1978).

Grande parte da madeira já percorria uma distância considerável até o Recife, pois não podiam ser mais encontradas, nas cercanias do Recife, florestas apropriadas para extração do pau-brasil em grande escala. Na verdade, ao tempo da execução da pintura, a extração era feita tão longe da capital de Pernambuco que foi dada autorização para embarque direto desses sítios, para Lisboa e Porto. Já em 1771 os navios tinham começado a carregar em Jaraguá, nas Alagoas, e, uma década mais tarde, Antonio José Soares preparou um mapa da localização dos portos dos quais a

exportação foi permitida “de modo a poupar a despesa de canoas para levar a madeira para Pernambuco” (SMITH, 1978).

Fundado em 1788, em cem anos depois da sua inauguração, não encontramos mais nenhuma referência histórica sobre a sua existência, como pode ser visto, comparando-se as figuras 5 e 6; a figura 6 mostra o mapa do Recife em 1854, isto é, 66 anos depois, não existem mais evidências da existência do porto.

A partir do início do século XIX, quando se encontra um dos últimos registros da sua existência no mapa publicado por Koster (1978), a área deve ter sofrido vários aterros, pela necessidade de expansão do porto e de seus armazéns. Tanto pelo lado do rio, onde o aterro foi bem maior, como pelo lado do mar, como pode ser visto nas Figuras 3 e 4.

Por essa época, várias iniciativas tentavam ordenar a exploração das madeiras de Pernambuco. De acordo com Pereira da Costa (1954), a 18 de março de 1789 foi divulgado um edital do governador D. Tomás José de Melo, proibindo o corte de madeiras que pudessem servir para a construção de fragatas de vinte peças e naus de última grandeza, nas comarcas do Recife, Paraíba e Alagoas.

Por outro edital, expedido em 26 de janeiro de 1791, o mesmo governador determinou que ficavam reservadas para o serviço real as matas que ficavam do riacho Pirangi-grande, que deságua no rio Una, pela parte do sul, confrontando com o Catuama, para os cortes de amarelo; e para os de sucupira, todas as matas de Una, tanto da parte sul como do norte, até Rio Formoso, em toda a sua extensão até o sertão. Para o corte de *amarelo*, aos particulares, designou as matas que ficavam para a parte do mar, de uma e outra banda, e outra do rio Una, principiando do riacho Pirangi-grande, e Catuama abaixo para o mar e para os de sucupira, todas as matas de Serinhaém.

Pelo art.7 do “regimento do corte de madeiras”, que baixou com a carta régia de 11 de junho de 1790, foi permitido para uso e serventia particular dos habitantes de Pernambuco as matas do engenho Aldeia nas cabeceiras do Rio Formoso até Cabo de Santo Agostinho, com as matas de Serinhaém, Ipojuca e do mesmo Cabo de Santo Agostinho (PEREIRA DA COSTA, 1954).

Segundo Pereira da Costa (1954), através do aviso régio de 28 de dezembro de 1795, dirigido ao governador de Pernambuco, o governo da metrópole recomendou todo o cuidado na conservação das matas, fazendo cessar a sua destruição e que continuasse a dar as providências precisas no intuito de impedir o costume das queimadas, punindo severamente aos que destruíssem as matas, quer pelo fogo, quer por meio de cortes. Ainda pela carta régia de 13 de março de 1797, foram dadas ainda novas prescrições sobre a conservação das matas, responsabilizando mesmo o governador da capitania por qualquer falta na exata observância das suas determinações. Conclui a citada carta mandando demarcar e levantar uma planta de todas as matas existentes em Pernambuco, declarando não só todas elas como ainda os “arvoredos”, de propriedade da coroa, a reivindicação das mesmas, que pertencessem a particulares por títulos de sesmarias, oferecendo-lhes em compensação, terras devolutas situadas no interior da província e estabelecendo as mais severas penas contra os destruidores e incendiários das matas.

Do início do século XIX, Pereira da Costa transcreve um documento, datado de 1800 (“Catálogo das Ordens Reais”) de grande importância para se compreender o processo de devastação da Mata Atlântica em Pernambuco, de autoria do Dr.Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti, quando escreve profeticamente:

O contrato do pau-brasil, que tanto interessa ao patrimônio real, não poderá durar muitos anos, se não se tomar sobre este objeto justas medidas e eficazes providências; sendo este país o que produz o mais precioso pau de quantos se tem descoberto em outras capitanias, é por isso mesmo que se devia zelar e defender a sua destruição e extinção.



Sou filho desta capitania, e por conhecimento e experiência própria, sei que as matas que o tem em maior abundância, onde principiam e onde acabam, porém, como sobre este objeto nunca houve o menor cuidado de evitar-se a destruição deste pau estimável, está o negócio em termos de vir a faltar em poucos anos, se S.Alteza não der as providências que hei de lembrar ou outras que sua iluminada mente ditar.

Desde a comarca das Alagoas até o Rio Grande do Norte, criou a natureza um cordão de matas, que contém as preciosíssimas madeiras desta capitania, pau-brasil, madeiras de construção e de toda a sorte excelentes: estas matas que correm ao longo da costa e bastantemente compridas, não são muito largas, porque sendo diverso o clima do sertão, cujas terras são agrestes, não se estende por ele a mata virgem.

Estas matas, pois, que se estendem pela costa, por onde principiou a povoação do país, têm sido aquelas por onde tem se estabelecido os engenhos e toda a agricultura destas capitanias, por cuja razão o pau-brasil está hoje muito longe e há muito pouco, o que se demonstra pelo preço que custava em 1726 o quintal embarcado, com o preço exorbitante que hoje (1800) custa, que é quase pelo dobros.

A liberdade com que foram dadas as sesmarias, sem reserva das melhores terras de pau-brasil e madeiras de construção para as necessidades do Estado e aumento do seu patrimônio, faz com que hoje e sempre, tenham-se indistintamente derribado estas matas preciosas, pondo-se-lhes fogo, que faz não tornar a árvore, uma vez cortada, quando ela não sendo cortada no seu tronco, rebentava muitas árvores, que para o futuro podiam suprir com excesso o corte de sua mãe.

Principalmente depois que neste país, do meio deste século para cá se introduziu a cultura do algodão, que hoje constitui um riquíssimo ramo da agricultura desta capitania, tem sido a época da total destruição das matas, e conseqüentemente do pau-brasil e demais árvores, o qual está hoje tão longe e dificultoso, que já se não conduz em carros, porém em cavalgadas, pelas grotas e ladeiras de onde se tira.

Além disto, é também prejudicial, e muito concorre para a destruição do pau-brasil, o pedirem-se somente toros grossos, tirados os quais de uma árvore, fica desperdiçada maior quantidade do que aquela que foi aproveitada, por não ter a grossura taxada, sendo o que fica, um pouco mais fino, tão precioso, ou mais, do que aquele que se aproveitou da haste mais sujeita à corrupção própria desta madeira, a que chamam brozio.

Concluo, portanto, que é de uma necessidade palpitante, mandar S.Alteza Real, tomar para a real coroa, e demarcar todas aquelas terras onde existe ainda hoje o resto do pau-brasil, para que nelas se não façam mais roçados nem ponham fogo para deste modo, conservar-se o pau-brasil, com uma demarcação razoável, ainda compensando os proprietários com outras terras, ou como S.Alteza determinar, e com as demais providências próprias deste negócio, dando-se enfim aquela providência que for mais acertada para aproveitar-se a mais galharda das árvores, ainda que sejam mais finos os toros que produzirem. (PEREIRA DA COSTA, 1951, p.44-46).

O naturalista Dr.Luís Antônio da Costa Barradas, do Museu Imperial, que em 1806 procedeu a uma viagem científica pelo interior de Pernambuco, diz num requerimento que dirigiu ao governo da metrópole, vindo a informar ao governador da capitania por aviso do ministério da marinha de 21 de fevereiro de 1809, que:

Tendo viajado pelo interior da mesma capitania, não podia ver sem dor do seu coração o opróbio da faculdade de que era doutor, a universal ruína das matas, muito particularmente das madeiras próprias para construções navais, do *pau-amarelo* e do *pau-brasil*, que faz um ramo tão importante das rendas da coroa, pela falta absoluta que tem havido, e há presentemente de um homem de princípios e conhecimentos filosóficos e botânicos, que à testa desta importante repartição, intende, zele, dirija e economize os cortes das madeiras de lei, dos paus Brasil e amarelo, cujas espécies desaparecerão em bem pouco tempo se se não derem prontamente as necessárias providências, criando-se uma intendência privativa sobre a conservação das matas, bosques e árvores soltas, com autoridade civil e política para bem poder desempenhar as suas funções e deveres (PEREIRA DA COSTA, 1951, p.47)

Registra-se ainda o ofício do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao juiz-de-fora de Goiana, em 4 de setembro de 1809, incumbindo-o de comprar toda a *almácea* (breu branco) que encontrasse no mercado da vila e recomendado-lhe a conservação das matas que fornecessem este produto para as atividades navais.

Escreve Koster (1978), em sua estada em Pernambuco em 1810, que o abate de pau-brasil não tinha a menor preocupação em evitar a sua escassez. Assim, segundo o autor, a espécie era abatida sem nenhum critério de grossura da madeira, não se fazendo o necessário replantio. Koster, tido como acurado observador, declara nunca ter visto um espécime vivo em todas as suas viagens pelo Norte. O autor menciona uma outra madeira de tinturaria muito valorizada para exportação: a *tatajuba* ou “Fustic”, que produzia uma tinta amarela, muito conhecida na Inglaterra.

A vigilância das matas competia ao juiz de paz da província, como demonstra o aviso do Ministério da Marinha de 19 de janeiro de 1833, determinando que esses vigiassem sobre a conservação das matas e florestas públicas e proibissem, nas particulares, o corte de madeiras reservadas por lei, competindo aos juizes de paz, como prescreve segundo a competência prescrita na lei de 15 de outubro de 1827,

Das madeiras cujo corte era proibido aos particulares, encontramos referências a *tapinhoá*, (Provisão de 13 de agosto de 1838); *peroba*, *amarelo*, *amarelo branco*, *pau-*

*brasil, sicupira, jataí-amargo, angelim, pau-d'arco e piquiá*, (Provisão de 18 de outubro de 1839); *sapucaia, jataúba, vinhático, potumagié e cedro vermelho* (aviso do ministério da marinha de 17 de dezembro de 1850) (PEREIRA DA COSTA, 1954).

Efetivamente, se as derrubadas para a extração de madeiras iam pouco a pouco dizimando as florestas, os incêndios, por sua vez, completavam a destruição, porque o fogo que se ateava em uma certa área coberta de vegetação, freqüentemente passava às matas circunvizinhas, alastrando-se a grandes distâncias.

Como mapas históricos das matas de Pernambuco, Pereira da Costa (1954) cita duas “cartas” encontradas no Arquivo Militar do Rio de Janeiro, uma de todas as matas da capitania de Pernambuco da parte do Sul, até o rio de São Francisco, organizada em 1799 pelo Desembargador José de Mendonça de Matos Moreira e outra das matas de Jacuípe e Água Preta, de 1851, que vem mencionadas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, sob os números 2245 e 2256.

Entretanto, nenhuma dessas medidas tomadas pelo governo, e algumas até mesmo ditadas com severas sanções penais em repressão aos abusos, conseguiram impedir a destruição da Mata Atlântica em Pernambuco.

Quadro 1

Vegetais da Mata Atlântica de Pernambuco citados nos documentos históricos

	<b>Nomes vulgares</b>	<b>Pistas Taxonômicas</b>
1	Almácega	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) March.
2	Amarelo (vinhático)	<i>Plathymenia foliolosa</i> Benth.
3	Angelim	<i>Andira nitida</i> Mart.
4	Biroquim	
5	Cedro vermelho	<i>Cedrela odorata</i> L.
6	Embiriba (amberiba)	<i>Eschweilera luschnatii</i> Miers
7	Ingá-porco	<i>Sclerolobium densiflorum</i> Benth.
8	Jacarandá	<i>Swartzia pickelii</i> Killip ex Ducke.
9	Jataí amargo	<i>Hymenea intermedia</i> Ducke

10	Jataúba , jataíba, tatajuba	<i>Chlorophora tinctoria</i> (L.) Gaud
11	Maçaranduba	<i>Manilkara salzmanni</i> (D.DC.) H.J.Lam.
12	Pau brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.
13	Pau d'arco	<i>Tabebuia</i> spp.
14	Pau santo	<i>Zollernia paraensis</i> Hub.
15	Pau violeta	<i>Dalbergia cearensis</i> Ducke
16	Pequiá (piquá, piquiá)	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.
17	Peroba	<i>Aspidosperma polyneuron</i> Mart.
18	Potumagié	
19	Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i> Cambess.
20	Sucupira (sicupira)	<i>Diploptropis purpurea</i> var. <i>brasiliensis</i>
21	Tapinhoã (tapinhoá)	<i>Mezilaurus navalium</i> (Fr.All.) Taub.

Algumas dessas espécies são comentadas por Corrêa (1984) , Rizzini (1995) e Lorenzi (1998), quanto a sua utilidade, tais como:

1- Almácea (CORREA, op. cit. v.I, p. 82-84): Parece ser esta espécie que exsuda maior quantidade de resina, cuja cor é branco-avermelhada. Para outra congênere ( *P. venosum*) o exsudato era usado pelos povos indígenas na calafetagem de canoas. Para Lorenzi (op.cit.) a madeira é apropriada para construção civil, obras internas, assoalhos, serviços de torno, carpintaria e marcenaria. A árvore proporciona boa sombra e apresenta qualidades ornamentais, podendo, por conseguinte, ser utilizada na arborização urbana e rural.

2- Amarelo vinhático (CORREA, op. cit. v.VI, p. 410): Sua madeira é bastante apreciada por sua beleza, durabilidade e facilidade de trabalhar-se. É utilizada na marcenaria de luxo, inclusive a madeira das raízes. Lorenzi (op. cit.), assinala a sua ocorrência em Pernambuco e indica que a madeira é própria para mobiliário de luxo, lâminas faqueadas decorativas, painés, para construção civil, como acabamentos internos, rodapés, molduras, persianas, venezianas, contraplacados, forros, tacos e tábuas para assoalho, portas, para confecção de tonéis de vinho, tripés de aparelhos

topográficos, etc. a árvore é exuberante e muito ornamental, prestando-se para o paisagismo em geral.

3- Angelim, segundo Rizzini (1995, p. 136): Madeira amarelo-pardacenta e depois pardo-avermelhado-amarelada, uniforme, algo áspera, fortemente amarga, pesada, dura, porém fácil de manejar, sendo importante para construção, carpintaria, postes, mourões, telhas e esquadrias. Nos vasos e em cavidades do tronco acumula-se um pó amarelo denominado “pó da Bahia” que é a *Crisarrobina*, um laxativo e remédio.

5- Cedro vermelho (CORREA, op. cit. v.II, p. 178): Bastante apreciada pelo seu forte aroma, usada em geral na indústria de movelaria. De acordo com Lorenzi (op. cit.) A madeira é uma das melhores do país, com ótima utilização para laminados, móveis, lambris, compensados e para tabuado em geral. É planta insubstituível na composição de reflorestamentos heterogêneos destinados ao repovoamento de áreas degradadas. Rizzini (1995, p. 144) Acrescenta que é lenho de amplíssimo uso, incluindo instrumentos musicais, a construção naval e aeronáutica.

9- Jataí ou Jatobá (RIZZINI op. cit.): Madeira variando do róseo-pardacento ao pardo-avermelhado-escuro, lisa, muito pesada e dura ( $D = 1,22$ ), difícil de trabalhar, incorruptível fora do solo. Utilizam-na em construção pesada, obras hidráulicas, carroçaria, engenhos, postes, esteios, vigas e tonéis. Sua espessa casca lisa serviu para os índios construírem leves canoas, extraindo-as por inteiro; seu tronco exsuda a resina *jutaicica*, empregada na composição de vernizes.

10- Jataúba, jataíba, tatajuba (CORREA, op. cit. v.V, p. 233): Madeira de lenho amarelo-claro, tinctorial, própria para construção civil e naval. É o famoso “pau-de

cores”, muito procurado pelos corsários franceses, que visitavam o litoral nordestino no século XVII. Segundo Rizzini (op. cit.) Apreciam-na para fazer canoas escavadas em tronco inteiro, carpintaria e calhas para conduzir água (que não absorve).

11 – Maçaranduba: Para Lorenzi (op. cit.) a madeira é muito pesada (densidade 1,03 g/cm<sup>3</sup>), de textura média, uniforme, grã-direita, de alta resistência mecânica e de grande durabilidade natural mesmo quando exposta, sendo indicada para construção de estruturas externas, dormentes, postes, moirões, estacas, cruzetas, etc, bem como para construção civil, como vigas, caibros, tábuas e tacos para assoalhos, etc. Os frutos e o látex da casca são comestíveis. A árvore é recomendada para a arborização em geral e para reflorestamentos ecológicos.

12- Pau Brasil (CORREA, op. cit. v.V, p. 380): Utilizada com real vantagem nas construções civis e navais, ao mesmo tempo em que se presta admiravelmente aos trabalhos de torno e para polir-se, é inigualável para o fabrico de arcos de violino e de outros instrumentos. Mas, sua qualidade primordial consiste numa produção de uma tinta, largamente empregada durante muito tempo nos misteres da tinturaria. Para Lorenzi (op. cit.) a madeira é muito pesada, dura, compacta, muito resistente, de textura fina, incorruptível, com alburno pouco espesso e diferenciado do cerne. A madeira é atualmente é empregada somente para confecção de arcos de violino. Outrora foi muito utilizada na construção civil e naval e, trabalhos de torno. Entretanto, seu principal valor residia na produção de um princípio colorante denominado “brasileína”, extraído do lenho e, outrora muito usado para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. A sua exploração intensa gerou muita riqueza ao reino e caracterizou uns períodos econômicos de nossa história, que estimulou a adoção do nome “Brasil” ao nosso país. A árvore é ótima para o paisagismo.

13- Pau d'arco ou Ipê (RIZZINI op. cit.): Madeira que assume coloração intensamente vermelha é difícil de serrar e servi papara construções pesadas e estruturas externas, pontes, dormentes, tacos de bilhar e soalho, bengalas, cangas, etc.

14- Pau santo (CORREA, op. cit. v.V, p. 223): Madeira pardo-avermelhado-escura muito dura de cerne escuro quase preto com manchas de grande valor, muito pesada (D = 1,33) e durável empregada na marcenaria de luxo, ebanisteria, cabos de faca, tacos de bilhar, cabos de escovas, construção civil e naval.

15- Pau violeta (CORREA, op. cit. v.V, p. 423): Madeira pardo-violáceo-escura com listras longitudinais atro-violáceas, carregadas, paralelas, ou ainda manchas da mesma coloração; muito pesado, dura e imputrescível, usada na fabricação de objetos de adorno, caixas e estojos entalhados e cabos de faca.

16- Pequiá (piquá, piquiá): Rizzini (op. cit.) descreve a madeira de coloração indo do amarelo ao pardo-claro-amarelado, uniforme, áspera, pesada, dura e muito durável. Adequada a construção civil e naval, dormentes, rodas de carro, assoalho, esteios, vigamento e muito estimada para compor canoas de tronco inteiro.

17- Peroba (CORREA, op. cit. v.V, p. 460): Excelente madeira para construção de cor amarelo-rosada; uniforme, pesada, dura e durável (sem umidade permanente), mas racha facilmente; dá dormentes de primeira qualidade; excelente para assoalhos e esquadrias.

19- Sapucaia (CORREA, op. cit. v.VI, p. 60): Madeira vermelho-pardacenta uniforme, superfície quase opaca e lisa; bem pesada e dura, resistente, de boa durabilidade. Empregada em construção civil e naval, cegeria, dormentes, esteios, vigas, pontes, e mastros. Segundo Lorenzi (op. cit.) a madeira é apropriada para obras externas, como postes dormentes, moirões, estacas, esteios, pontes, mastros, para construção civil, como vigas, caibros, ripas, tacos e tábuas para assoalhos, batentes de portas e janelas, para a confecção de peças torneadas, peças flexíveis, carrocerias, cabos de ferramentas, etc. As castanhas (sementes) são comestíveis e muito saborosas, sendo também muito apreciadas pela fauna. O fruto lenhoso é utilizado como adorno e, como recipiente na zona rural.

20- Sucupira (sicupira) (CORREA, op. cit. v.VI, p. 153): Madeira muito pesada, cerne castanho-escuro, com estrias mais claras de aspecto fibroso, difícil de trabalhar e resistente à decomposição. Usada na marcenaria, dormentes, construção civil e naval.

21- Tapinhoã (tapinhoá) (CORREA, op. cit. v.VI, p. 198): Madeira de lei, com cerne amarelo e veias escuras, uniforme, áspera, de aspecto oleoso, pesada, dura e extremamente durável; boa para tanoaria, substituindo o carvalho europeu e ainda possui uma casca tanífera. Em carta régia de 1799 era permitido o corte dessas árvores sob condição de ser a respectiva madeira vendida aos arsenais, para ser empregada no forro das embarcações.

#### **4. Considerações finais**

Torna-se até um truísmo afirmar que a destruição da Mata Atlântica no Norte e particularmente em Pernambuco foi conseqüência dos ciclos econômicos da



exploração do pau-brasil, seguido da cultura da cana-de-açúcar. Atividades tipicamente predatórias em relação ao meio ambiente, não tiveram variação, a não ser em intensidade, desde o século XVI até o século XIX.

Documentos históricos do século XVI, com o início da colonização de Pernambuco, como as cartas do donatário Duarte Coelho ao rei, atestam o início de preocupação com a destruição das matas de pau-brasil. Entretanto, não são preocupações puramente conservacionistas que as motivaram, como as dos movimentos ambientalistas atuais. Em outro contexto, com outras mentalidades, são os objetivos do monopólio da coroa contra o contrabando promovido por contratadores particulares e franceses, a verdadeira motivação de Duarte Coelho, que estava perdendo o controle da situação.

Os documentos holandeses do século XVII atestam o mesmo comportamento predatório, sendo que mais racionais: delimitaram áreas, determinaram valores e medidas, descreveram espécies e qualidades das madeiras, notadamente do pau-brasil, estabeleceram contratos da Companhia das Índias Ocidentais e de particulares, minimizando o contrabando.

O final do século XVIII marca a ocorrência do governo de D. Tomás José de Melo em Pernambuco que se notabilizou por diversas iniciativas pioneiras, entre as quais se destacam: a instalação de um amplo mercado, que depois originou o Mercado de São José, contrariando interesses de corporações religiosas; fundando o Hospital dos Lázaros de Santo Amaro das Salinas, para abrigar os leprosos da capitania e a Praia da Madeira do Recife.

De acordo com Dean (1996), era interesse central da coroa o suprimento de madeira para embarcações. Por mais de dois séculos, a maior parte da madeira própria para navios oceânicos era enviada aos estaleiros reais de Lisboa, assim como a lenha usada nos fogões dos palácios reais. Entre as madeiras de mais valor para

construção naval, a tapinhoã, era classificada em primeiro lugar porque resistia aos parasitas marinhos.

Ordens reais no sentido de conservar a madeira naval começaram a ser editadas em 1698, quando foram proibidas sesmarias em áreas de reserva de madeira. Os governadores, como D.Tomás, executaram diligentemente estas instruções. Realizaram-se levantamentos sobre reservas e meios de transporte da madeira, traçaram-se mapas e foram elaboradas tabelas de preços a serem pagos aos contratados ou proprietários particulares (DEAN, 1996).

O porto e o armazém da Praia da Madeira do Recife tiveram pouco tempo de duração. Fundado em 1788, em cem anos depois da sua inauguração, não encontramos mais nenhuma referência histórica sobre a sua existência, como pode ser visto, comparando-se as figuras 5 e 6; a figura 6 mostra o mapa do Recife em 1854, isto é, 66 anos depois, não existem mais evidências da existência do porto. Este que nasceu da necessidade do monopólio da coroa portuguesa de exercer um rígido controle da exportação da madeira contra o seu contrabando, em pouco tempo perdeu sua função centralizadora, pois o governo já admitia na época que os embarques da madeira para a Europa, fossem feitos na costa próxima ao local de extração, como aconteceu em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Já não compensaria o trabalho e os gastos com o transporte da madeira até o Recife.

A partir do início do século XIX, quando se encontra um dos últimos registros da sua existência no mapa publicado por Koster (1978). A área deve ter sofrido vários aterros, pela necessidade de expansão do porto e de seus armazéns. Tanto pelo lado do rio, onde o aterro foi bem maior, como pelo lado do mar, como pode ser visto nas figuras 3 e 4.

Durante o século XIX, a preocupação já era com o final da Mata Atlântica em Pernambuco, sobretudo constatada no início do século pelos documentos do

Dr.Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti (1800), do naturalista Dr.Luis Antônio da Costa Barradas (1806) e das iniciativas do Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro que desde 1809 atribuía a função de vigilância das matas aos juízes de fora e depois aos juízes de paz das localidades.

Entre as madeiras citadas nos documentos históricos destacam-se os vegetais do Quadro 1, algumas com denominações da época que não conseguiu-se identificar, tais como “biroquim” e “potumagié”. A maior parte delas era destinada à indústria naval da época. Algumas eram extremamente valorizadas para a movelaria, tais como o amarelo vinhático e o jacarandá. A maior parte era exportada para Portugal e daí para o resto da Europa. O que sobrou da enorme dilapidação do nosso patrimônio florestal ficou por aqui, para ornar os altares das igrejas das ordens religiosas e o mobiliário dos mais ricos.

## Referências

ARROYO, L. **Carta de Pêro Vaz de Caminha**: Ensaio de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

ANDRADE-LIMA, D. Recursos vegetais de Pernambuco. Recife: **Boletim Técnico do Instituto de Pesquisas Agronômicas**. N.41, 1970, p.1-32.

CÂMARA, I. de G. **Plano de ação para a Mata Atlântica**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1991.

COIMBRA, A.; CÂMARA, I.B. **Os limites originais da mata atlântica na região nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1996.

CASTRO, S. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L & PM, 1996.

CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Plano de Ação**. Vol. 1: Campinas: UNICAMP, 1992.

CAPOBIANCO, J.P.R.(org.) **Dossiê Mata Atlântica**. RMA-ISA-SNE. 2001.

CORRÊA, M.P. **Dicionário das plantas úteis do Brasil: e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, v. I-VI, 1984.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, S.B. **Visão do paraíso**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

IUCN. . **Plants in Danger**. Gland: IUCN, 1986

KOSTER, H. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 2ª ed., Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 2 ed. Nova Odessa: Editora Plantarum, 1998. Vol. 2.

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Anais pernambucanos 1493-1590**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951, v.I, p.41-47.

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Anais pernambucanos 1740-1794**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954, v. VI, p.532-535.

MELLO, J.A.G. **Tempo dos flamengos**. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

MELLO, J.A.G. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. 2ª ed., Recife: CEPE, 2004, v.1.

MELLO, J.A.G. **Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista**. 2ª ed., Recife: CEPE, 2004, v.2.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B. & KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**:403:853-845., 2000

RANTA, P.; BLOM, T.; NIEMELA, J.; JOENSUU, E.; SIITONEN, M. The fragmented atlantic rain forest of Brazil: size, shape and distribution of Forest fragments. **Biodiversity Conservation** 7: 385-403, 1998.

RIZZINI, C.T. **Botânica econômica brasileira**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2ª ed., 1995. 248 p.

RIZZINI, C.T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**. São Paulo, Ed. Univ. São Paulo. 1979.

RODRIGUES, J.H.; RIBEIRO, J. **Civilização holandesa no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SANTOS, M. **Calamidades de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1986.

SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE. **Ações e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em Pernambuco**. Recife: SECTMA, 2002.

SILVA, J.M.C.; TABARELLI, M. .Tree species impoverishment and the future flora of the Atlantic Forest of northeast Brazil. **Nature**: 404: 72-74, 2000.

SMITH, R.C. A praia da madeira do Recife: uma contribuição para a história econômica do Brasil. In: SMITH, R.C. **Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Recife: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979. p.110-140.

SOUZA, B.J. **O pau-brasil na história nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

STRANG, H.E. Mata Atlântica. **Boletim da FBCN**, 18:24-25, 1983.

VELLOSO, N.P. **Atlas florestal do Brasil**. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura, 1966.

WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: Um capítulo de história colonial do século XVII. 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.